



ECOWAS COMMISSION  
COMMISSION DE LA CEDEAO  
COMISSÃO DA CEDEAO

# O tráfico de produtos médicos ilícitos no Burquina Faso e na Guiné

Flore Berger e Mouhamadou Kane



Síntese de Políticas do OCWAR-T 5 | Agosto 2023

## Resumo

A África Ocidental tornou-se um ponto de acesso para o tráfico de produtos médicos, sendo que as estimativas apontam para que o mercado ilícito represente até 80% dos produtos médicos no Burquina Faso e na Guiné. Estes países foram alvo de dois estudos de caso na presente síntese de políticas. Apesar da sua enorme dimensão, existem lacunas de conhecimento que ela procura colmatar, apresentando uma análise qualitativa das principais características do mercado e dos factores propiciadores (corrupção e insegurança), bem como uma avaliação das respostas nacionais e regionais.

## Recomendações

- As cadeias de abastecimento complexas que alimentam o mercado ilícito de produtos médicos ditam que as respostas devem ser dadas a nível internacional e, no mínimo, regional, para serem eficazes. A CEDEAO tem, por conseguinte, um papel fundamental a desempenhar a nível regional para reforçar a recolha de informações e a cooperação transfronteiriças.
- As autoridades nacionais estão em melhor posição para combater os factores estruturais (comportabilidade e acessibilidade) subjacentes à procura de produtos médicos ilícitos e devem contribuir, simultaneamente, para campanhas de sensibilização e promover uma distribuição e acesso mais amplos dos produtos essenciais de elevada procura, como os antipalúdicos.
- A sociedade civil tem um papel importante a desempenhar. Para além de apoiar os esforços em prol da sensibilização, a participação da sociedade civil é também fundamental para responsabilizar as pessoas (incluindo os funcionários das alfândegas e os políticos, por exemplo), denunciando os casos de corrupção e de prevaricação.



**OCWAR-T**

Crime Organizado: A Resposta da África Ocidental ao Tráfico

## Introdução

A África Ocidental tornou-se um ponto de atracção para o tráfico de produtos médicos. Estima-se que os produtos médicos traficados representem entre 20% e 60% do mercado formal em toda a região,<sup>1</sup> e até 80% no Burquina Faso e na Guiné.<sup>2</sup> De acordo com o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), a venda de produtos médicos contrafeitos na África Ocidental vale cerca de US\$1 000 milhões, isto é, mais do que o valor combinado dos mercados do petróleo e do tráfico de cocaína.<sup>3</sup>

A violência e a instabilidade persistentes no Burquina Faso têm contribuído para uma forte expansão do mercado, e as suas fronteiras porosas surgiram - juntamente com o porto marítimo de Conacri, na Guiné - como importantes rotas de tráfico.

O envolvimento de organizações criminosas no tráfico de produtos médicos está bem enraizado,<sup>4</sup> mas ainda não compreendemos totalmente, por exemplo, como é que estas redes económicas ilícitas funcionam no seu conjunto em muitos países da África Ocidental. Tudo indica que o mercado de produtos contrafeitos é altamente lucrativo. O seu valor foi estimado entre US\$200 mil milhões e US\$431 mil milhões, rivalizando com os US\$435 mil milhões da indústria da droga ilícita,<sup>5</sup> e, embora a venda de produtos médicos de qualidade inferior e contrafeitos seja um desafio global crescente, é particularmente prevalecente nas regiões em desenvolvimento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou que um em cada dez produtos vendidos em países de baixo e médio rendimento é “de baixa qualidade ou falsificado”.<sup>6</sup> Quase metade das contrafacções comunicadas emanam do continente africano, onde a produção local limitada de produtos médicos genuínos, tem contribuído para uma taxa de penetração no mercado de 30%, em comparação com 1% nos países mais desenvolvidos.<sup>7</sup>

A globalização e as complexas cadeias de abastecimento transfronteiriças tornaram mais difícil monitorizar a qualidade dos produtos médicos fabricados e rastrear as falsificações.<sup>8</sup> A ineficácia da regulamentação, a débil aplicação da lei, a corrupção e a escassez de recursos contribuíram para que o mercado ilícito prosperasse na África Ocidental e em todo o continente de um modo mais geral, sendo que os produtos médicos falsificados se tornam um factor de desenvolvimento fundamental.<sup>9</sup>

De acordo com a OMS, 90% dos países africanos têm uma capacidade mínima ou nula para regulamentar os medicamentos,<sup>10</sup> principalmente devido à insuficiência de recursos e de pessoal afectos aos organismos reguladores - e devido, ainda, a mecanismos de garantia de qualidade deficientes.<sup>11</sup>

O comércio ilícito de produtos médicos também representa um grande desafio do ponto de vista da governação, alimentando e sendo alimentado pela corrupção endémica. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção de 2022, da Transparência Internacional, os Estados da África Ocidental têm alguns dos níveis mais elevados de percepção de corrupção, sendo que a Guiné e o Burquina Faso registam pontuações de 25 e 42, respectivamente, numa escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito íntegro).<sup>12</sup> Os quadros regulamentares deficientes nestes países têm levado a que o sector seja altamente susceptível à corrupção,<sup>13</sup> sendo que as autoridades estatais e os profissionais de saúde até ajudam os traficantes a acederem directamente aos distribuidores e retalhistas.<sup>14</sup>

Na presente síntese de políticas, que atenta na evolução do comércio criminoso em produtos médicos na África Ocidental, utilizamos o termo “tráfico ilícito de produtos médicos” para nos referirmos a todo o comércio que flui, em certa medida, fora da cadeia de abastecimento formal, ou seja, o comércio não reconhecido ou autorizado pelas autoridades nacionais.<sup>15</sup> Isto inclui todas as categorias de produtos “de

A venda de produtos médicos contrafeitos na África Ocidental vale mais do que o valor combinado dos mercados do petróleo e do tráfico de cocaína

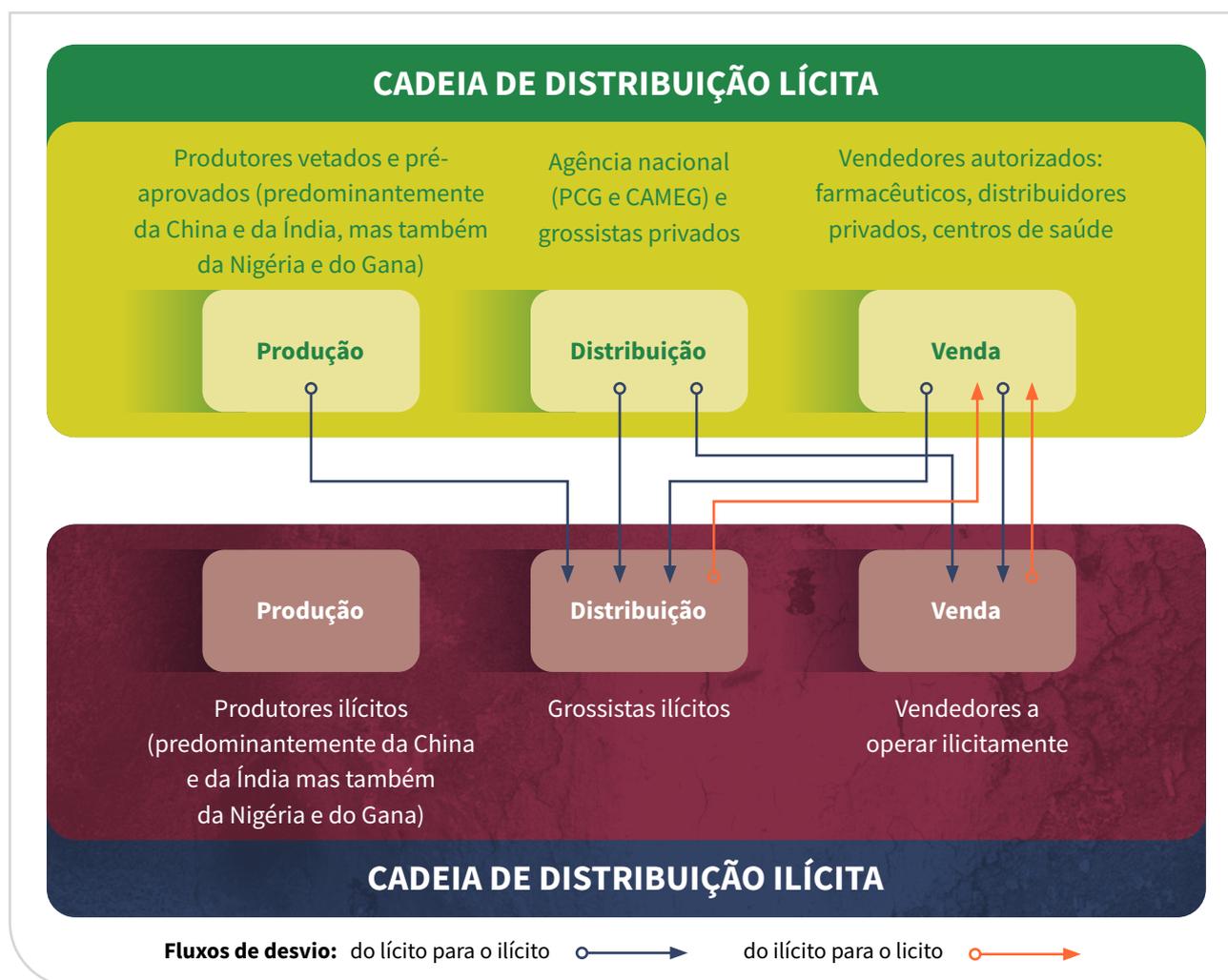
qualidade inferior, espúrios, falsamente rotulados, falsificados e contrafeitos (SSFFC, na sigla inglesa)”, tal como definidos pela OMS,<sup>16</sup> o que nos permite nos centrarmos na natureza ilícita do mercado e não no tipo de produto.

Os vários fluxos e interligações entre a cadeia de abastecimento lícita e ilícita, bem como os actores nela envolvidos, são amplamente descritos no relatório mais pormenorizado que acompanha esta síntese de políticas. Tal relatório de pesquisa centra-se no mercado ilícito de produtos médicos, no âmbito do qual um produto médico pode entrar e sair da esfera ilegal em muitos pontos diferentes.

## Dinâmica e factores propulsores do mercado

Pode-se distinguir entre fluxos que são ilícitos do princípio ao fim, e fluxos que são lícitos no início, mas que são posteriormente desviados para o mercado ilícito (ou vice-versa). Estes fluxos são ilustrados no Gráfico 1, que realça a interligação entre os mercados lícito e ilícito, bem como a diversidade dos actores envolvidos - desde o profissional de saúde corrupto ao traficante de rua, e desde o grossista ilegal ao farmacêutico local.

Gráfico 1: Intersecção entre as cadeias de abastecimento lícitas e ilícitas dos produtos farmacêuticos



Fonte: Autores

O mercado ilícito não se limita a produtos médicos de valor elevado ou a marcas bem conhecidas, mas divide-se quase equitativamente entre produtos genéricos e patenteados. Os produtos variam entre hormonas caras, esteróides e produtos médicos oncológicos e genéricos baratos como o paracetamol. Na África Ocidental, onde se registam algumas das taxas mais elevadas de malária no continente, o tipo mais

comum de contrafacção são os medicamentos antimaláricos, estimando-se que 48% do mercado (cerca de US\$438 milhões) provém de fontes ilícitas.<sup>17</sup> Dada a elevada taxa de doenças transmissíveis na região, outras categorias importantes incluem os antibióticos e os anti-retrovirais (VIH/SIDA).<sup>18</sup>

O mercado ilícito adapta-se às variações na procura, maximizando os lucros durante determinados períodos, como acontece, por exemplo, com os tratamentos antimaláricos durante a época da malária (Agosto a Novembro na África Ocidental), ou os produtos médicos para a tosse, constipações e febres durante a época de Inverno (Novembro a Fevereiro). As cadeias de abastecimento também se flexibilizam rapidamente para dar resposta a novas fontes de procura - como no caso das vacinas durante os surtos de meningite.<sup>19</sup>

O mercado ilícito divide-se quase equitativamente entre produtos genéricos e patenteados

Os factores que levam os actores ilícitos a entrar no mercado são uma combinação de elevada rentabilidade e baixo risco. Os actores ilícitos obtêm lucros com produtos diferentes e em vários pontos e níveis da cadeia de abastecimento. Desde o vendedor ambulante até ao fabricante, todos os actores envolvidos no mercado ilícito de produtos médicos são movidos pela maximização do lucro. Embora não existam dados exaustivos sobre a África Ocidental especificamente, os lucros anuais do mercado mundial oscilam entre os US\$30 e 75 mil milhões e a África Ocidental constitui um mercado-chave.<sup>20</sup>

Ademais, o rácio do lucro face ao investimento é enorme: o *Institute of Research Against Counterfeit Medicines (IRACM)* estima que o volume de negócios do mercado de produtos médicos contrafeitos é 20 vezes superior ao do mercado da heroína,<sup>21</sup> e a Pfizer aferiu que um quilograma de heroína tem custos de produção mais elevados e um valor de revenda na rua inferior ao de um quilograma de viagra falsificado.<sup>22</sup> A contrafacção é apenas um aspecto do mercado ilícito, que também inclui produtos de qualidade inferior, espúrios e falsamente rotulados - o que significa que o mercado total é ainda maior.

Paralelamente aos lucros elevados, os actores também enfrentam relativamente poucos riscos, especialmente em comparação com o tráfico de cocaína ou heroína. A Guiné tem um quadro legislativo específico que criminaliza o tráfico de produtos médicos e prevê penas de 5 a 10 anos de prisão, em comparação com os 10 a 20 anos de prisão para as drogas controladas,<sup>23</sup> mas é um país atípico entre os países da África Ocidental.

A contrafacção é apenas um aspecto do mercado ilícito, que também inclui produtos de qualidade inferior, espúrios e falsamente rotulados

O Burquina Faso, por exemplo, não tem uma lei nacional específica que criminalize o tráfico de produtos médicos ilícitos e, em vez disso, tem de recorrer a partes do código da saúde (por exemplo, conduta ilegal dos farmacêuticos) e ao código penal mais amplo (por exemplo, contrafacção de bens) - o que significa que as penas não podem exceder dois anos, em comparação com os 10 a 20 anos de prisão aplicados no caso dos estupefacientes controlados.<sup>24</sup> Esta combinação aliciente de risco limitado e recompensa elevada tem provocado uma expansão significativa do mercado na África Ocidental. Alguns estão mesmo a fazer a transição de outras drogas ilícitas e negócios ilícitos - como a construção - para o mercado ilícito de produtos médicos.<sup>25</sup>

Os factores determinantes para os consumidores são o acesso, o custo e a legitimidade. Como já foi referenciado, a região da África Ocidental tem uma taxa elevada de doenças transmissíveis, sendo o VIH/SIDA, a tuberculose, a malária e as doenças tropicais negligenciadas (DTN) responsáveis pela maioria das mortes registadas. A falta de farmácias oficiais representa um outro desafio e tem-se revelado particularmente grave nas zonas do Burquina Faso, que registam um elevado grau de insegurança. O Burquina Faso e a Guiné têm actualmente 0,15 farmacêuticos por 10 000 habitantes, o que é muito abaixo da média mundial de quatro e também abaixo da média da África Subsariana de 0,8.<sup>26</sup> No Burquina Faso, a falta de farmácias oficiais tornou-se particularmente aguda devido ao elevado grau de insegurança em muitas zonas do país.

*Banca de um mercado fechado em Conacri, Guiné*



O segundo factor propulsor mais importante para os consumidores é o factor custo, uma vez que os produtos médicos, em todo o seu espectro, são sistematicamente mais baratos através dos canais ilícitos. Tal como acontece com os retalhistas nos extremos inferior e superior do mercado, os consumidores individuais e os profissionais de saúde (farmacêuticos, enfermeiros, médicos) podem aceder a uma vasta gama de produtos médicos comuns em caixa, por preços entre 30% e 60% mais baratos do que no mercado formal.

Finalmente, o mercado ilegal goza de um elevado nível de legitimidade. Os retalhistas e grossistas afirmam que os seus produtos médicos são de boa qualidade e que as pessoas estão satisfeitas com eles; segundo um grossista, “até os farmacêuticos vêm ter connosco!”<sup>27</sup> Os consumidores confiam nestes vendedores informais - desde os grandes grossistas em mercados ao ar livre até aos vendedores de rua - que não vêm como criminosos, mas como pessoas que facilitam o acesso aos produtos médicos sem fazerem perguntas e sem cobrarem consulta.

*Os produtos médicos, em todo o seu espectro, são sistematicamente mais baratos através dos canais ilícitos*

## Recomendações

Dada a dimensão desta economia criminosa, a legitimidade de que gozam os vendedores ilícitos e o nível de corrupção que permite que o mercado prospere, bem como a dependência de muitos indivíduos em relação a ele, é pouco provável que as acções de repressão e as medidas enérgicas de aplicação da lei (sob a forma de apreensões) tenham um impacto duradouro se não forem tomadas paralelamente outras medidas. De modo a reduzir o mercado de produtos médicos ilícitos de uma forma sustentável e de longo prazo, é necessário abordar as questões que estão na origem da procura dos produtos médicos ilícitos, nomeadamente a acessibilidade e o preço. Se estes problemas estruturais não forem resolvidos, é provável que outras intervenções produzam resultados fragmentados ou de curto prazo.

## CEDEAO

A Comissão da CEDEAO tem um papel fundamental para dar resposta a esta economia ilícita e deve afectar recursos para combater o tráfico de produtos médicos de uma forma mais robusta e abrangente. As cadeias de abastecimento complexas que alimentam o mercado ilícito de produtos médicos exigem que as respostas sejam internacionais e, no mínimo, regionais, para serem eficazes.

- A CEDEAO tem um papel único a desempenhar a nível regional para reforçar a recolha de informações e a cooperação transfronteiriça. Um Estado-Membro, sozinho, não conseguirá combater a circulação de

produtos médicos ilícitos, uma vez que as rotas de tráfico se deslocarão em vez de desaparecerem, se as acções não forem coordenadas a nível regional. A CEDEAO está bem posicionada, não só para liderar as análises dos factores do mercado regional e das diferenças de preços que incentivam o tráfico, mas também para garantir que as respostas são coordenadas entre os Estados-Membros, conduzindo assim a uma abordagem regional mais holística.<sup>28</sup>

- Para tal, é fundamental integrar plenamente o tráfico de produtos médicos no trabalho da Comissão e, mais especificamente, da Unidade da Droga. No que concerne aos opióides, a luta contra o tráfico de produtos médicos ilícitos tem de ser considerada prioritária e não apenas secundária.
- A facilidade com que os produtos médicos ilícitos podem entrar, circular e ser vendidos na sub-região deve ser abordada através de sistemas de recolha de dados e de reporte sistemáticos a nível nacional, os quais, por sua vez, devem ser coordenados pela CEDEAO. A CEDEAO deve apoiar o desenvolvimento de instrumentos nacionais de notificação e manter uma base de dados regional, que possa ser utilizada para melhor compreender o mercado ilícito (produtos médicos desviados, contrafeitos, de baixa qualidade, etc.) e conceber planos de acção baseados em dados concretos.

### Autoridades nacionais

As autoridades nacionais - com o apoio dos organismos regionais - são as mais bem colocadas para combaterem os factores estruturais do tráfico ilegal e consegui-lo-ão abordando a procura de produtos médicos.

- Dado que existe uma procura particularmente elevada de classes mais baixas de produtos médicos - incluindo os medicamentos antipalúdicos - a melhoria do acesso a estes produtos poderia ter um impacto significativo no mercado ilícito.
- Os investimentos feitos em campanhas de sensibilização que salientem os riscos da aquisição de produtos médicos no mercado ilegal podem também influenciar as decisões de compra.
- As abordagens da justiça penal e da aplicação da lei devem ser cuidadosamente adaptadas aos elementos criminosos - e não apenas informais - do mercado, especialmente aos importadores de alto nível e aos fabricantes ilegais, que são fundamentais para a dinâmica do mercado. É improvável que a criminalização e a aplicação de sanções aos vendedores informais de baixo nível reduzam o mercado; aliás, torná-lo-ão pelo contrário, mais clandestino.
- As disposições legais relativas ao tráfico de produtos médicos são limitadas, desactualizadas ou não têm efeito dissuasor, em virtude das penas reduzidas a elas associadas.<sup>29</sup> O tráfico de produtos médicos não deve ser considerado como prioridade menor, pois levará assim a que as redes criminosas entrem no mercado (por vezes transitando de outras actividades), devido à elevada rentabilidade e às penas reduzidas.
- As autoridades nacionais devem melhorar os quadros regulamentares, concentrando-se nos actores de alto nível no sector do comércio (fabricantes, grossistas e vendedores) e naqueles que o protegem (agentes de saúde, funcionários aduaneiros e agentes de segurança e figuras políticas corruptas).
- O crime de tráfico de produtos médicos ilícitos deve ser incluído no código penal de cada país como um delito grave, e não apenas nos códigos da saúde pública ou na legislação farmacêutica. A ratificação regional da Convenção MEDICRIME contribuiria para este objectivo. O Burquina Faso e a Guiné são os únicos países da África Ocidental que a ratificaram, mas o Burquina Faso ainda não a integrou no seu direito penal nacional.

### As organizações da sociedade civil

As organizações da sociedade civil têm um papel fundamental a desempenhar na luta contra os produtos médicos ilícitos. São particularmente importantes as associações dos farmacêuticos e dos médicos, bem como as organizações de saúde, uma vez que estão diariamente em contacto com as comunidades.

- Uma das principais prioridades deve ser a reformulação das narrativas em torno dos riscos associados com o uso de produtos médicos ilícitos, mediante campanhas de sensibilização e informação, uma vez que as medidas destinadas a combater o mercado continuarão a suscitar reacções negativas, se os produtos ilícitos gozarem de elevados níveis de legitimidade.
- As associações dos farmacêuticos e dos médicos devem trabalhar em estreita colaboração com grupos da sociedade civil para denunciarem os casos de corrupção e de irregularidades cometidos por membros das suas próprias associações e por outras partes interessadas, como funcionários aduaneiros, políticos e polícias, pois a transparência é fundamental para reconquistar a confiança da população.

## Notas de fim

- 1 Ver perspectivas dadas em vários estudos: Camille Niaufre, Le trafic de faux médicaments en Afrique de l'Ouest: filières d'approvisionnement et réseaux de distribution, IFRI, May 2014 ; Antonin Tisseron, Géoeconomie du médicament illicite en Afrique de l'Ouest: enjeux et perspectives, Institut Thomas More, September 2021; ECOWAS, Regional Pharmaceutical Plan, 2014; UNODC, Transnational trafficking and the rule of law in West Africa: A threat assessment, 2009; and GABIA, Money laundering resulting from the counterfeiting of pharmaceuticals in West Africa, Julho de 2017.
- 2 Entrevistas com farmacêuticos, grossistas ilegais, agentes da autoridade e membros da sociedade civil no Burquina Faso e na Guiné, Julho-Agosto de 2022.
- 3 Iain Barton, Unintended consequences and hidden obstacles in medicine access in Sub-Saharan Africa, Front Public Health, 2019.
- 4 Ver por exemplo GABIA, Money laundering resulting from the counterfeiting of pharmaceuticals in West Africa, Julho de 2017.
- 5 Henry Miller and Wayne Winegarden, Fraud in your pill bottle: The unacceptable cost of counterfeit medicines, Pacific Research Institute, 2020, [https://medecon.org/wp-content/uploads/2020/10/CounterfeitMed\\_F.pdf](https://medecon.org/wp-content/uploads/2020/10/CounterfeitMed_F.pdf), p. 2; Peter Tinti, Dark pharma: Counterfeit and contraband pharmaceuticals in Central America, Atlantic Council, 2019, [www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2019/09/Dark\\_Pharma-Counterfeit\\_and\\_Contraband\\_Pharmaceuticals\\_in\\_Central\\_America-1.pdf](http://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2019/09/Dark_Pharma-Counterfeit_and_Contraband_Pharmaceuticals_in_Central_America-1.pdf), p. 3.
- 6 WHO, 1 em 10 produtos médicos em países em médio desenvolvimento está abaixo dos standards ou é falsificado, 28 de Novembro de 2017, [www.who.int/news/item/28-11-2017-1-in-10-medical-products-in-developing-countries-is-substandard-or-falsified](http://www.who.int/news/item/28-11-2017-1-in-10-medical-products-in-developing-countries-is-substandard-or-falsified).
- 7 Ver Robin Cartwright and Ana Baric, The rise of counterfeit pharmaceuticals in Africa, ENACT Policy Brief, Novembro de 2018, <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2018-11-12-counterfeit-medicines-policy-brief.pdf>, pp. 2-4.
- 8 Ibid., p. 4; Interpol, USD 11 million in illicit medicines seized in global Interpol operation, 20 de Julho de 2022, [www.interpol.int/en/News-and-Events/News/2022/USD-11-million-in-illicit-medicines-seized-in-global-INTERPOL-operation](http://www.interpol.int/en/News-and-Events/News/2022/USD-11-million-in-illicit-medicines-seized-in-global-INTERPOL-operation).
- 9 Transparency International UK, Corruption in the pharmaceutical sector: Diagnosing the challenges, 2016, [www.transparency.org.uk/sites/default/files/pdf/publications/29-06-2016-Corruption\\_In\\_The\\_Pharmaceutical\\_Sector\\_Web-2.pdf](http://www.transparency.org.uk/sites/default/files/pdf/publications/29-06-2016-Corruption_In_The_Pharmaceutical_Sector_Web-2.pdf), p. 30.
- 10 Morgan Pincombe and Javier Guzman, A defining moment for medicines regulation in Africa: The establishment of the African Medicines Agency, Center for Global Development, 3 de Fevereiro de 2022, [www.cgdev.org/blog/defining-moment-medicines-regulation-africa-establishment-african-medicines-agency](http://www.cgdev.org/blog/defining-moment-medicines-regulation-africa-establishment-african-medicines-agency).
- 11 Ver *ibid.*; Robin Cartwright and Ana Baric, The rise of counterfeit pharmaceuticals in Africa, ENACT Briefing de Política, Novembro 2018, <https://enact-africa.s3.amazonaws.com/site/uploads/2018-11-12-counterfeit-medicines-policy-brief.pdf>, p. 9.
- 12 Transparency International, Corruption Perceptions Index 2022, [www.transparency.org/en/cpi/2022](http://www.transparency.org/en/cpi/2022).
- 13 Ver Transparency International UK, Corruption in the pharmaceutical sector: Diagnosing the challenges, 2016, [www.transparency.org.uk/sites/default/files/pdf/publications/29-06-2016-Corruption\\_In\\_The\\_Pharmaceutical\\_Sector\\_Web-2.pdf](http://www.transparency.org.uk/sites/default/files/pdf/publications/29-06-2016-Corruption_In_The_Pharmaceutical_Sector_Web-2.pdf), p. 30.
- 14 Ver Peter Tinti, Dark pharma: Counterfeit and contraband pharmaceuticals in Central America, Atlantic Council, 2019, [www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2019/09/Dark\\_Pharma-Counterfeit\\_and\\_Contraband\\_Pharmaceuticals\\_in\\_Central\\_America-1.pdf](http://www.atlanticcouncil.org/wp-content/uploads/2019/09/Dark_Pharma-Counterfeit_and_Contraband_Pharmaceuticals_in_Central_America-1.pdf), p. 3.
- 15 WHO, Policy paper on traceability of medical products, 18 de Março de 2021.
- 16 WHO, Policy paper on traceability of medical products, 18 de Março de 2021.
- 17 UNODC, Transnational trafficking and the rule of law in West Africa: A threat assessment, 2009.
- 18 UNODC, Trafficking in medical products in the Sahel, TOCTA, Janeiro de 2023.
- 19 Ver Le Monde, Au Niger, alerte au 'faux' vaccin contre la méningite, Março de 2021 2019. Também em UNODC, Trafficking in medical products in the Sahel, TOCTA, Janeiro de 2023.
- 20 Citado em Iain Barton, Unintended consequences and hidden obstacles in medicine access in sub-Saharan Africa, Front Public Health, 2019; 'the WHO estimates upwards of US\$30 billion is spent on illegitimate drugs globally per year, while the Center for Medicines in the Public Interest thinks the amount is closer to US\$75 billion.'
- 21 IRACM, Communiqué de presse, journée mondiale anti-contrefaçon, Junho de 2015.
- 22 Eric Clark, Counterfeit medicines: The pills that kill, *Daily Telegraph*, 5 de Abril de 2008.
- 23 Article 171. Loi ordinaire L/2018/N°024/AN du 20 juin 2018 relative aux médicaments, produits de santé et à l'exercice de la profession de pharmacien.
- 24 Code de la santé publique, la loi n°23/94/ADP du 19 mai 1994 & Loi 43-96 ADP du 13 novembre 1996 portant code pénal, modificado em 2004.
- 25 Antonin Tisseron, Géoeconomie du médicament illicite en Afrique de l'Ouest: enjeux et perspectives, Institut Thomas More, Setembro de 2021.
- 26 WHO, Pharmacists per 10 000, data accessed online at [www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/pharmacists-\(per-10-000-population\)](http://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/pharmacists-(per-10-000-population)). Also in UNODC, Trafficking in medical products in the Sahel, TOCTA, Janeiro de 2023.
- 27 Discussão de grupo com vendedores de medicamentos no mercado de Sankariaré, Julho de 2022.
- 28 UNODC, Trafficking in medical products in the Sahel, TOCTA, Janeiro de 2023.
- 29 Ibid.



Créditos das imagens	Página
Alamy Stock Photo .....	Capa
Irene Abdou/Alamy Stock Photo.....	4

Esta publicação é co-financiada por



EUROPEAN UNION



Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da União Europeia e do Gabinete Federal dos Negócios Estrangeiros da Alemanha. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflecte necessariamente as opiniões da União Europeia ou do Ministério Federal das Relações Exteriores da Alemanha.

### Sobre a autores

**Flore Berger** é analista do Observatório da África Ocidental das Economias Ilícitas da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC). O trabalho realizado pela autora tem um enfoque geográfico no Mali e no Burquina Faso.

**Mouhamadou Kane** é analista do Observatório da África Ocidental das Economias Ilícitas da Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional (GI-TOC). O trabalho de pesquisa levado a cabo pelo autor incide, em termos geográficos, no Senegal e na Guiné.

### Agradecimentos

Os autores querem agradecer a todos aqueles que dedicaram tempo a partilhar os seus conhecimentos para que este relatório se concretizasse. Agradecimentos especiais são devidos aos nossos parceiros da West African Research Network on Organized Crime (WARNOC), que trabalharam no domínio da recolha de dados. Os autores também querem agradecer a Jason Eligh e Antonin Tisseron pela revisão cuidadosa do relatório e pelo apoio concedido durante todo o processo, bem como a Lucia Bird pela orientação prestada.



**OCWAR-T**

Crime Organizado: A Resposta da África Ocidental ao Tráfico

Coordenado por

**giz** Deutsche Gesellschaft  
für Internationale  
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Implementado por

**ISS** INSTITUTO DE ESTUDOS  
DE SEGURANÇA



**GLOBAL  
INITIATIVE**  
AGAINST TRANSNATIONAL  
ORGANIZED CRIME